

A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)

Adelina Piloto

Introdução

A emigração é uma constante estrutural da nação portuguesa. Os vilacondenses, à semelhança dos seus concidadãos, nomeadamente de Entre Douro e Minho, sempre revelaram grande propensão para a diáspora. Ao longo da sua história plurissecular, os filhos de Vila do Conde devido às suas contingências geográficas e económico-sociais¹, habituaram-se a procurar além-fronteiras o bem-estar que escasseava na sua terra. O fluxo de Vila do Conde para Terras de Vera Cruz iniciou-se pouco tempo após a descoberta do território² e tem-se mantido ininterrupto ao longo dos séculos, embora sujeito a flutuações. Por conseguinte, o fluxo que se analisa no presente trabalho, não obstante as características peculiares que apresenta, tem de ser entendido como o prosseguimento de um processo multissecular que iludiu leis restritivas, superou os momentos de lusofobia e ignorou as mudanças políticas ocorridas de um e de outro lado do Atlântico.

Embora o Brasil tenha constituído durante séculos o destino primordial da emigração portuguesa e, neste particular da vilacondense, a partir da década de 50 do século XX esse movimento sofreu alterações. Com efeito, o fluxo emigratório para o Brasil passa a contar com a concorrência dos países europeus em pleno surto de desenvolvimento económico.

Como refere Marinho Antunes, no período de 1950 a 1969, “assiste-se a uma sensível transformação do fenómeno emigratório português, cujas características mais marcantes são o nítido aumento do número de emigrantes que se começa a operar sensivelmente na segunda metade do período estudado e uma alteração no destino da principal corrente emigratória portuguesa”³. Na opinião do mesmo autor, é possível identificar um “período brasileiro” até 1958, um “período de transição” que inclui os anos de 1959-62, e um “período francês” a partir de 1963⁴.

1 Durante vários séculos Vila do Conde foi um concelho sem termo, isto é, sem uma área rural que lhe garantisse o abastecimento de produtos agrícolas. Tinha abundância de peixe mas escasseavam os produtos da terra: cereais, azeite, vinho, carne, etc. Era em Barcelos que se provia a Vila e, não raras vezes, surgiam questões por via de não serem facilitados os cereais e mesmo a madeira precisa nos seus estaleiros de construção naval (PILOTO, 2011: 66).

2 A vilacondense Isabel de Oliveira refere no seu testamento lavrado a 13 de janeiro de 1625 que foi casada em segundas núpcias com Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco no tempo de um dos filhos do primeiro donatário Duarte Coelho (ACV – *Documentos avulsos*).

3 ANTUNES, 1970: 304.

4 ANTUNES, 1970: 377.

A emigração do concelho de Vila do Conde seguiu a tendência nacional, verificando-se um progressivo e acentuado declínio do número de emigrantes para o Brasil a partir de 1958, uma fase de transição até 1962, e um aumento expressivo da emigração para a Europa, especialmente para França, a partir de 1963.

No prosseguimento de uma política advinda já do século XIX, a de atribuir às autarquias competências na elaboração do processo burocrático conducente à obtenção do passaporte, documento imprescindível para a saída legal do país⁵, a Junta da Emigração outorgou às câmaras municipais a função de organizar o processo emigratório. O candidato a emigrante tinha, por conseguinte, de se dirigir aos serviços administrativos do município da sua naturalidade ou residência, munido da numerosa documentação necessária⁶ para o preenchimento do *Boletim de Informação*, fornecido pela Junta da Emigração, ficando desse modo formalizado o pedido de passaporte de emigrante. Este quadro legal deu origem ao registo dos processos de emigração organizados em cada municipalidade.

No espólio do Arquivo Municipal de Vila do Conde existem dois livros de registo dos processos de pretensos emigrantes organizados no município, catalogados com os números 2813 e 2814 que abarcam o período cronológico de 1954-1968⁷. Este suporte documental foi selecionado para constituir a trama empírica do trabalho que se pretende desenvolver, numa perspetiva integrada de investigação. Trata-se de uma fonte manuscrita e inédita com a informação disposta em colunas. O preenchimento manuscrito correspondia aos parâmetros impressos previamente estabelecidos, como a data do registo, nome do titular e dos acompanhantes, naturalidade⁸, local de destino, data da remessa à Junta da Emigração, data da saída, porto de embarque e resultado final do processo. A partir, principalmente, do ficheiro informatizado constituído pelos citados registos, analisar-se-á em termos quantitativos e qualitativos a corrente migratória legal que fluiu do concelho de Vila do Conde em direção ao Brasil entre 1954 e 1967, realçando as suas particularidades e dinâmicas intrínsecas.

No sentido de proporcionar uma visão mais abrangente do fenómeno migratório do concelho neste período, em concomitância com a análise do fluxo para o Brasil efetuou-se o levantamento estatístico da emigração para os restantes países do globo e refletiu-se sobre o contexto histórico e a política emigratória do Estado Novo.

1. Contexto histórico

O elevado índice emigratório português registado na década de 1960, provocou uma rarefação relativa da mão-de-obra disponível no meio rural e em certos setores industriais, com repercussões no agravamento dos custos de produção, nos preços dos bens de primeira necessidade e na habitação, provocando igualmente o aumento acentuado da inflação a partir de 1965⁹. Por outro lado, a emigração impulsionou grandes mudanças socioeconómicas estando na origem de novos estilos de vida e de consumo, de novos hábitos e de novas mentalidades, incentivados pelo maior acesso à instrução e aos novos meios de comunicação¹⁰. As alterações causadas pela emigração, a par de

5 Entre outra legislação, refira-se a lei de 7 de abril de 1863, artigo 10.º, § 5.º: "Nenhum passaporte se concederá senão quando o impetrante provar por documentos que prestou no governo civil ou na administração do seu concelho ou bairro, se tiver a idade de 14 a 21 anos, a fiança determinada no artigo 11.º da lei de 4 de junho de 1859, de que sendo chamado ao serviço militar se apresentará ou se remirá desse ónus pagando o preço da respetiva substituição, como é facultado no artigo 7.º daquela lei".

6 Entre outra, cite-se: bilhete de identidade; cédula pessoal para menores de 10 anos; registo criminal; boletim de vacinação; certidões de nascimento, casamento e de óbito; atestado médico; certificado da 3.ª classe, pelo menos; licença militar; e atestado da junta de freguesia, pelo qual se provasse que os responsáveis pela manutenção da família que deixava em Portugal eram idóneos e possuíam bens suficientes para aquele efeito (CASTRO, 2011: 179).

7 No livro 2813, datado de 12 de janeiro de 1954, consta: "Há-de este livro servir para nele se registarem os processos de pretensos emigrantes organizados nesta Câmara Municipal". O termo de encerramento datado de 9 de setembro de 1965 refere: "Contém este livro cem folhas numeradas e por mim autenticadas com a rubrica que uso Bento Amorim". O livro 2814, no termo de abertura e de encerramento assim como no tipo e disposição da informação, é muito semelhante ao anterior.

8 Este item consta nos três primeiros registos e só volta a ser referido de forma sistemática entre 1961 e 1967, com indicação do lugar e da freguesia.

9 ROSAS, 1994b: 497.

10 ROSAS, 1994b: 497.

uma maior consciência cívica dos cidadãos, em concomitância com a persistência da política de limitação das liberdades fundamentais, originaram um aumento da contestação política e das reivindicações sociais¹¹.

A candidatura de Humberto Delgado à presidência da República em 1958 foi o primeiro grande abalo na estabilidade do regime salazarista. Em 1962, surgiu a primeira grande contestação dos estudantes, sucedendo-se, nos anos subsequentes, novas manifestações e greves. O agudizar dos protestos e a consequente crispação repressiva tornaram bem visível que a sociedade portuguesa queria libertar-se dos bloqueios políticos, institucionais, económicos e ideológicos a que estava sujeita.

A partir da década de 50 do século XX, não obstante o aparente imobilismo, a sociedade portuguesa estava na realidade em mutação estrutural. A entrada de Portugal na EFTA, concretizada em 1960, contribuiu para a internacionalização da economia portuguesa e para o seu desenvolvimento, atingindo novos mercados e aumentando as exportações, para além dos investimentos estrangeiros que trouxe ao nosso país¹². Em curso estava também uma transformação demográfica: na década de 1960 a população portuguesa diminuiu em números absolutos, apresentando uma taxa de crescimento anual negativa¹³.

Outro aspeto que marcou a sociedade portuguesa foi o deflagrar da guerra colonial em Angola, no ano de 1961, alastrando em 1963 à Guiné Bissau e no ano seguinte a Moçambique. Guerra devastadora que impôs pesados encargos financeiros ao povo português, repercutindo-se na diminuição das despesas com infraestruturas, nomeadamente na rede viária, nas comunicações e no apoio social. Entre 1957-1958 e 1973 os encargos com a defesa passaram de 31% a 78% da despesa extraordinária do Estado¹⁴.

Quanto ao relacionamento luso-brasileiro, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, este foi marcado por um clima harmonioso, atingindo o seu apogeu no período governativo do presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961). Entre os mais importantes fatores que contribuíram para esse entendimento, estavam entre outros, a numerosa colónia portuguesa residente no Brasil, a estratégia do Estado português para garantir apoio à sua política colonialista, e a posição periférica que o Brasil tinha na contextura internacional¹⁵.

Três estratégias foram delineadas pelo governo português para conseguir o apoio do Brasil à sua política imperialista: uma de carácter cultural/intelectual que teve em Gilberto Freyre a sua pedra de toque; outra no plano diplomático, com a retoma de negociações para assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e criação da Comunidade Luso-Brasileira; e, uma terceira de natureza política, que consistia no trabalho a ser desenvolvido pela embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, no sentido de mobilização dos amigos de Portugal presentes no Congresso Nacional, no ministério das Relações Exteriores e nos meios de comunicação. Esta última linha de ação veio, no decurso do tempo, a revelar-se bastante eficaz ao receber a adesão massiva da colónia portuguesa no Rio de Janeiro¹⁶.

Portugal, consciente de que o problema com as colónias na Índia era apenas o início de um processo descolonizador que a curto prazo atingiria a África, passou a ver o Brasil como fundamental para qualquer estratégia de defesa do seu império colonial¹⁷.

A formalização do Tratado de Amizade e Consulta que assegurava aos cidadãos dos dois países um tratamento “nos respetivos Estados como os da Nação mais favorecida e amiga”, e que esteve na génese de projetos individuais de uma confederação pretendida pelos portugueses Coelho de Carvalho e Bettencourt

11 PATRIARCA, 2004: 68.

12 SOUSA, 1995: 613-630.

13 NAZARETH, 1985: 963-980.

14 ROSAS, 1994b: 499.

15 GONÇALVES, 2010: 99.

16 GONÇALVES, 2010: 102.

17 GONÇALVES, 2003:99.

Rodrigues, e pelos brasileiros Sívio Romero e Medeiros e Albuquerque, entre outros, ou da dupla nacionalidade preconizada por Norton de Matos, foi um marco importante no estreitar de laços entre os dois países¹⁸. Assinado no governo de Getúlio Vargas (1953), ratificado no de Café Filho (1954), e aprovado por unanimidade, em dezembro de 1954, na Assembleia Nacional portuguesa, o Tratado, segundo Williams Gonçalves, “converteu-se num poderoso instrumento jurídico de apoio da diplomacia brasileira às posições assumidas pelo governo português em relação à questão relativa à conservação do império ultramarino”¹⁹.

Contudo, o apoio do Brasil à política colonial portuguesa sofreu um abalo quando os governos de Jânio Quadros e João Goulart implementaram a Política Externa Independente (1961-1964). Em 1961, o Governo português foi notificado de que o Brasil não apoiaria na ONU a sua política colonial²⁰. A atitude de Jânio Quadros e do seu sucessor João Goulart suscitou acalorado debate no parlamento brasileiro com posições extremadas pró e contra a Política Externa Independente do Brasil²¹, mas nem mesmo nesse período houve rutura. De facto, enquanto o Estado Novo existiu, o Brasil apoiou a política traçada pelo regime para África²². E quando os militares brasileiros rompem a ordem constitucional em março de 1964, a posição anterior de crítica ao colonialismo foi ultrapassada e as relações luso-brasileiras voltaram à plena harmonia²³.

Para além da divergência suscitada pela Política Externa Independente, outras objeções e momentos de tensão entre Portugal e o Brasil foram vivenciados nos anos 1950 e 1960. Uma das notas dissonantes esteve relacionada com o inconformismo dos meios diplomáticos brasileiros de segundo escalão quanto aos benefícios que o Brasil recebia do apoio à política internacional portuguesa, especialmente no que dizia respeito a Goa; outra discordância ligou-se ao Acordo Internacional do Café, ao qual Portugal tentou não aderir, alegando que não poderia prescindir das divisas provenientes da exportação do café, e caso o fizesse, criaria um problema político em Angola, porém, pressionado, aceitou o Acordo, mas exigiu compensações ao Brasil; mas o mais grave problema foi criado pelo pedido de asilo político de Humberto Delgado²⁴.

Como o Brasil, ao contrário de Portugal, vivia em democracia (1945-1964), as forças oposicionistas ao Estado Novo puderam contar com o apoio das autoridades brasileiras, pelo menos até 1964, altura em que pela primeira vez na história do Brasil os militares assumiram o poder, instaurando um regime autoritário que se distendeu até 1985²⁵.

No rescaldo das eleições para a presidência da República em 1958, Humberto Delgado foi sucessivamente demitido da Aeronáutica Civil, aposentado compulsivamente e demitido da Força Aérea, acabando por pedir asilo político na embaixada do Brasil, em 7 de janeiro de 1959, e por se exilar naquele país em abril desse ano²⁶. Álvaro Lins, o embaixador brasileiro em Portugal, não hesitou em conceder ao militar português o asilo solicitado, mas pressionado pelas autoridades portuguesas e brasileiras e pela imprensa dos dois países para ser facultado a Delgado visto de saída sem a categoria de exilado político, aquele acabou por sair desautorizado. No entanto, este caso alertou a esquerda brasileira para falta de liberdade e repressão que se vivia em Portugal, para além de ter tornado Álvaro Lins acérrimo crítico das relações diplomáticas do Brasil com Portugal²⁷.

Outro acontecimento que criou algum mal-estar entre os dois países relaciona-se com o caso Santa Maria. A 22 de janeiro de 1960, numa operação de natureza política antissalazarista, Galvão apodera-se em pleno

18 MOREIRA, 2002: 25.

19 GONÇALVES, 2010: 107-108.

20 Para o efeito, deslocou-se a Portugal Afonso Arinos de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores do Brasil (MOREIRA, 2002: 24).

21 BARBOSA, 2002: 61-65.

22 GONÇALVES, 2003:99.

23 GONÇALVES, 2010: 120.

24 GONÇALVES, 2010: 114-116.

25 FAUSTO, 2008: 461.

26 ROSAS, 1994b: 530.

27 GONÇALVES, 2010: 116-117.

mar das Caraíbas do navio transatlântico *Santa Maria*, asila-se no Brasil e entrega o pacote ao presidente brasileiro, que posteriormente, o devolve a Portugal, contribuindo todo este imbróglgio para agravar ainda mais a imagem internacional do regime ditatorial que se vivia no nosso país²⁸.

2. Política migratória do Estado Novo

Segundo a opinião de Ioannis Baganha, no período do segundo pós-guerra, a política migratória do Estado Novo continuou a subordinar o direito individual à mobilidade aos interesses económicos e imperiais do governo. Deste modo, leis tendentes a monitorizar e regulamentar a emigração estavam orientadas por três objetivos fundamentais: garantir as necessidades laborais do país, satisfazer os seus interesses em África e tirar proveito das remessas dos emigrantes²⁹.

Para supervisionar os assuntos relacionados com a emigração portuguesa, foi criada em 1947 a Junta de Emigração, dependente do Ministério do Interior, que também detinha a tutela da Polícia Internacional de Defesa do Estado³⁰. Entre outras competências da PIDE, reorganizada em 1954, estava a de fiscalizar os emigrantes. A centralização administrativa desenvolvida pela Junta assentava em duas medidas: por um lado, ficava proibida a intervenção de engajadores de emigrantes para a obtenção de documentos e passagens; por outro lado, os pedidos de licença para emigrar deviam ser apresentados no concelho de naturalidade ou residência que os reencaminhava à Junta da Emigração, organismo a quem competia emitir o passaporte de emigrante³¹.

Mas a ambiguidade da posição e políticas do executivo português face à emigração continua a ser um dos aspetos mais destacado pelos historiadores relativamente a este período. O governo preocupava-se em controlar as saídas legais, mas em simultâneo estimulava o envio de remessas dos emigrantes, ciente de que elas eram importantes para o desenvolvimento do país³². Nas palavras de Beatriz Rocha-Trindade,

a imposição de medidas administrativas e controlo das condições de recrutamento oferecidas aos emigrantes não parece ter-se enquadrado numa estratégia definida ou política concreta, resultando sobretudo de um mero exercício de poder supostamente assente na defesa do bem-estar e interesses dos futuros emigrantes³³.

Para tranquilizar os ultraconservadores e todos aqueles que se opunham à emigração, na tentativa de prolongar indefinidamente a política de baixos salários, o Governo promulgou diversos regulamentos restritivos que acabaram por fomentar a emigração clandestina, mas aparentemente desencorajavam a emigração, permitindo à ditadura sobreviver³⁴. Segundo Cassola Ribeiro, o Governo apercebendo-se que ao travar a emigração legal incentivava a clandestina, a partir de 1963 permitiu que as autorizações anuais para emigrar ultrapassassem as 30000³⁵.

A posição do Governo era de cumplicidade velada; se por um lado publicava leis restritivas, por outro, procedia à harmonização de políticas com as autoridades dos países de acolhimento, procurando negociar a manutenção das quotas e, se possível, o seu aumento.

28 ROSAS, 1994b: 532.

29 BAGANHA, 2001: 18.

30 decreto-lei n.º 36 558, de 28 out. 1947.

31 decreto-lei n.º 36 558, de 28 out. 1947, artigos 25.º e 26.º.

32 SANTOS, 2004: 28.

33 ROCHA-TRINDADE, 2001: 140.

34 PEREIRA, 2009: 57.

35 RIBEIRO, 1986: 220.

3. A emigração

A emigração é um fenómeno profundamente enraizado na sociedade portuguesa, mas tanto o volume como as características intrínsecas do movimento tem variado no decurso do tempo. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o tradicional destino, o Brasil, foi em grande parte substituído pela França e Alemanha, países europeus que no pós-guerra se encontravam em intensa fase de expansão económica.

Marinho Antunes afirma que a emigração portuguesa para o Brasil atingiu o seu apogeu no ano de 1952, ano em que partiram 41518 emigrantes, correspondendo a 87,6% da emigração nacional nesse ano, e os valores mínimos registaram-se em 1969, com 2537 emigrantes, representando apenas 1,7% da emigração efetiva³⁶ portuguesa desse ano; a emigração nacional para França, alcançou os valores máximos em 1969, quando entraram nesse país 110614 portugueses, o que equivaliu a 72% da emigração efetiva portuguesa total desse ano, e os valores mais diminutos, em termos absolutos, aconteceram no ano de 1950 com 314 emigrantes e, em percentagem, em 1951, com 1,2% da emigração efetiva desse ano; e que entre 1950-1969 a França absorveu 43,5% da emigração efetiva portuguesa, seguindo-se com 27,6% o Brasil³⁷.

O objeto de estudo do presente artigo é a emigração legal do concelho de Vila do Conde para o Brasil entre 1954-1967. Porém, o facto de no período em referência, o fluxo destinado ao Brasil ter sido parcialmente trocado por outros destinos, principalmente europeus, conduziu à elaboração de uma análise comparativa, necessariamente sucinta, com a dirigida a outros países, mas cingindo a inventariação apenas aos emigrantes titulares. Quais foram os países, para além do Brasil, que atraíram os vilacondenses nas décadas de 1950 e 1960?

Quadro n.º 1– Evolução da Emigração do concelho de Vila do Conde para os vários destinos no mundo (1954-1967)

Anos/ países	África do Sul	Alemanha	Brasil	Canadá	França	Rodésia	Venezuela	Total
1954	-	-	162	-	2	1	13	178
1955	3	-	100	1	2	2	18	126
1956	2	-	114	-	4	7	17	144
1957	-	-	107	4	38	1	8	158
1958	1	-	98	2	23	2	4	130
1959	2	-	59	-	14	5	9	89
1960	5	-	66	3	29	-	4	107
1961	5	-	59	1	38	1	4	108
1962	8	-	43	3	70	1	5	130
1963	15	26	37	5	99	1	7	190
1964	14	71	21	2	282	-	7	397
1965	17	80	14	2	326	-	3	442
1966	33	65	13	2	424	1	9	547
1967	12	13	22	5	239	2	-	293
Total	117	255	915	30	1590	24	108	3039

Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

36 A emigração efetiva, real ou total é a emigração legal mais a clandestina (ANTUNES, 1970: 305).

37 ANTUNES, 1970: 377.

Como se pode observar no quadro n.º 1, os titulares dos processos de emigração optaram por sete países dispersos por três continentes (África, América e Europa). O destino europeu emerge como principal, absorvendo 60,6% do fluxo global. Como afirma Beatriz da Rocha-Trindade, a grande novidade no panorama emigratório português entre 1950-1975 foi a substituição do principal destino, até então o Brasil, pelo espaço europeu: começado este movimento pela França nos anos 50, o caudal emigratório engrossou desmesuradamente na década seguinte, em que as cifras globais praticamente duplicaram (343 000 em 1959-1959; cerca de 650 000 em 1960-1969)³⁸. A França foi o destino de eleição para 1590 vilacondenses, o que representa 52,2% de todo o movimento³⁹. Para a Alemanha, os primeiros registos surgem só no ano de 1963, limitando-se a 255 emigrantes.

Como observou Joel Serrão, o emigrante trocou o tradicional destino brasileiro pelo europeu porque a crise mundial de 1929 e a segunda guerra mundial dificultaram o êxodo transoceânico, e porque os países mais desenvolvidos do norte e do centro da Europa no pós-guerra careciam de abundante mão-de-obra pouco qualificada e pouco exigente para se reconstruírem⁴⁰. Por sua vez, Beatriz Rocha-Trindade afirma que na mudança direcional da emigração desempenhou também papel importante a proximidade geográfica e a facilidade em atravessar as fronteiras⁴¹.

Com destino ao continente africano apresentaram processo 141 vilacondenses, o que representa apenas 4,7% dos registos, 117 optaram pela África do Sul e 24 pela Rodésia, atual Zimbábue.

No novo mundo, o Brasil foi, claramente, o país mais atrativo, com 915 emigrantes titulares, seguindo-se a Venezuela com 108 e o Canadá com apenas 30 elementos, correspondendo o movimento com destino ao continente americano a 34,7% do total.

Em termos globais, a emigração legal do concelho de Vila do Conde durante os 14 anos em análise cifrou-se em 3039 titulares, o que corresponde a 6,2% da população concelhia, de acordo com o censo de 1960, e a 5,6%, em consonância com o recenseamento de 1970⁴².

Quais as razões subjacentes ao fenómeno migratório? Quer seja o movimento transoceânico, quer seja o intraeuropeu, ou até para as províncias ultramarinas, no essencial os motivos do projeto migratório são os mesmos. Aos fatores expulsivos – pobreza, baixos salários, dificuldade em encontrar trabalho nas zonas rurais, incipiente industrialização nacional, fuga ao serviço militar no ultramar e à situação política repressiva vigente no país – adicionam-se os fatores atrativos, entre os quais a existência de maior mercado de trabalho e melhor remunerado no estrangeiro. Em suma, a emigração resulta, uma vez mais, do estado de desenvolvimento de Portugal em conjugação com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional.

Os que persistiam no projeto migratório brasileiro, mais dispendioso e complexo do que o intraeuropeu, faziam-no, certamente, por influência das redes de familiares, amigos e conterrâneos, facilitadoras da integração no novo país, e até por experiência migratória anterior. Em três registos consta que os pretendos emigrantes eram retornados: António Lopes do Vale pretendia embarcar em Lisboa para o Recife; Ana Rosa da Silva viajava na companhia de seu marido, Manuel Maia da Costa Santos, para o Rio de Janeiro; e Maria Fernanda Lopes Rodrigues também tinha intenção de embarcar para o Rio de Janeiro⁴³. Estes três casos denotam o fenómeno da remigração, pessoas que vieram à terra natal para matar saudades ou para tratar de negócios, ou até com intenção de cá permanecerem, mas acabaram por apostar em nova partida.

38 ROCHA-TRINDADE, 1992: 5-6.

39 Estes são os números da emigração legal, mas muitos outros devem ter “dado o salto”, aproveitando-se das facilidades existentes. A França implementou uma política deliberadamente permissiva, facilitava a atribuição de estadia e de trabalho a estrangeiros logo que chegavam ao país. Nos restantes países europeus ter-se-iam verificado situações intermédias entre o controlo estrito e extrema permissividade (ROCHA-TRINDADE, 1992: 6).

40 SERRÃO, 1985: 999.

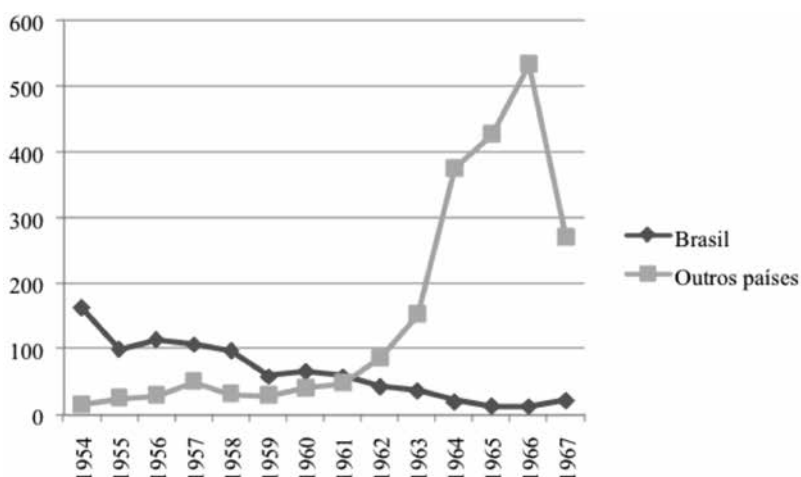
41 ROCHA-TRINDADE, 1982: 85.

42 Em 1960 o concelho de Vila do Conde possuía 48 806 habitantes, tendo aumentado para 53 570 em 1970 (*Censos de 1960 e 1970*).

43 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 12 de abril e 28 de maio de 1955 e 14 de setembro de 1960, respetivamente.

Como afirma Miriam H. Pereira, ao longo do século XIX e até à década de 60 do século XX, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil⁴⁴. Na verdade, os dados apurados para a municipalidade vêm corroborar tal asserção; até ao ano de 1961 o Brasil continuou a impor-se aos naturais do concelho como o destino migratório por excelência (Gráfico n.º 1).

Gráfico n.º 1 – Evolução da emigração vilacondense para o Brasil e para outros destinos (1954-1967)

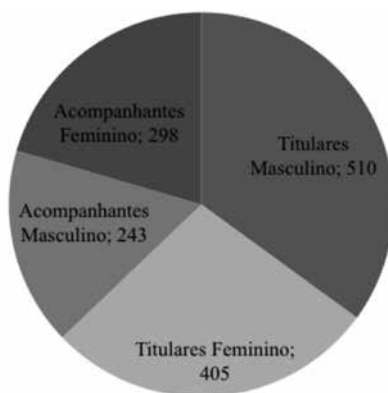


Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

O ponto de viragem ocorreu no ano de 1962, quando o fluxo para terras de Vera Cruz foi superado pelo dirigido a outros países. Nos anos seguintes, enquanto a emigração para o Brasil decaía progressivamente, o movimento para os outros países engrossava, principalmente para a França, até atingir o acúmen no ano de 1966, com 534 registos. No último ano representado (1967), inicia-se uma inflexão do movimento com destino a outros países. Outra fonte consultada prova que a emigração local seguiu a tendência nacional; paulatinamente, o caudal migratório português foi perdendo vigor para se deter abaixo dos 50000 efetivos anuais no ano da Revolução dos Cravos⁴⁵.

44 PEREIRA, 2007: 41-48.

45 *Boletim Anual (BJNE)*, 1950-74.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos Vilacondenses para o Brasil por categoria e género (1954-1967)

Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

O movimento emigratório para o Brasil perspectivado em termos de titulares e acompanhantes alcançou, nos catorze anos em análise, um total de 1456 emigrantes, 915 titulares (510 homens e 405 mulheres) e 541 acompanhantes (298 do género feminino e 243 do masculino)⁴⁶. Estes são os números da emigração legal pese embora outros tivessem partido em contravenção com a lei para fugirem à guerra colonial e à repressão política do regime, assim como às más condições de vida.

Tendo em consideração a emigração efetiva portuguesa para o Brasil entre 1954-1967 que foi de 188 621 saídas⁴⁷, o fluxo vilacondense ocorrido no mesmo período correspondeu a 0,77% do total nacional.

Entre 1950-1969, o distrito que mais contribuiu para a emigração oficial portuguesa foi o do Porto, no qual se integra Vila do Conde, donde emigraram 91 204 indivíduos que representam 11,3% do total da emigração oficial de Portugal continental; para o Brasil, a emigração oficial portuguesa nos mesmos vinte anos foi de 36 696 saídas⁴⁸. Em termos globais, de acordo com os dados recolhidos entre 1954-1967, o movimento emigratório legal vilacondense para essa ex-colónia portuguesa, incluindo os titulares e acompanhantes, cifrou-se em 1 456 indivíduos, o que representa 3,97% da emigração total do distrito para solo brasileiro. Mas a quota-parte do concelho de Vila do Conde para a emigração global do distrito para o Brasil deve ter rondado os 5%, tendo em conta que o volume apurado apenas diz respeito a 14 dos 20 anos apontados para o movimento emigratório total do distrito.

Mas nem todos os pretendentes emigrantes viram o seu desejo concretizado. Arlindo Quintela da Silva, Clarice da Silva Lua, Fernando Ramos da Silva, Abel Joaquim Santos e António Arlindo Lopes Correia Guedes sofreram o indeferimento do seu processo⁴⁹. Não se conhece o motivo da recusa de emissão de passaporte aos citados candidatos à emigração, mas sabe-se que “a administração nacional conseguia transformar o direito à emigração num privilégio concedido de forma discricionária”⁵⁰. Alguns documentos imprescindíveis para emigrar, como o boletim de informação que era preenchido pelas câmaras municipais e onde constava

46 Em cada registo considerou-se titular o indivíduo que apresentou o processo para emigrar, e acompanhante a(s) pessoa(s) que indicou querer levar na sua companhia.

47 ANTUNES, 1970: quadro n.º 6.

48 ANTUNES, 1970: quadro n.º 8.

49 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

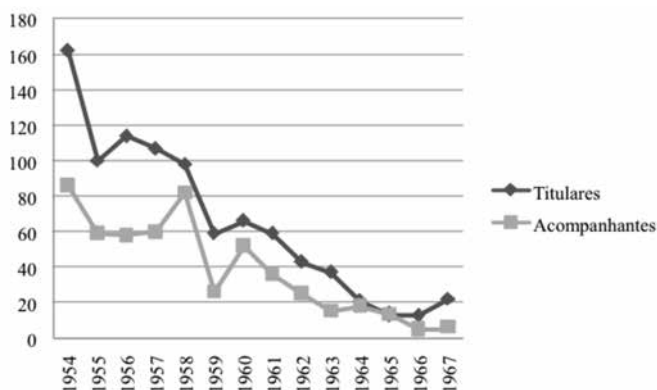
50 PEREIRA, 2009: 51.

a idoneidade política e moral do pretense emigrante, não figuravam na legislação. O que pesava eram os preceitos administrativos definidos pela Junta de Emigração, a “leitura” que esse organismo e, em particular, o seu presidente⁵¹ faziam das leis, bem como a prática diária⁵².

No que concerne aos titulares, 510 eram do género masculino, o que corresponde a 55,7% do movimento; 405 impetrantes eram do sexo oposto, o que equivale a 44,3% da totalidade. Declararam realizar o projeto emigratório sem acompanhantes 659 titulares, o que representa 71,8% da totalidade, os restantes 259 titulares pretendiam viajar na companhia de familiares, o que equivale a 28,2% do fluxo migratório. Em relação ao total dos catorze anos referenciados, a média do número de acompanhantes por titular é de 2,08, mas o quantitativo de familiares indicado pelo impetrante para o acompanhar oscilou entre um e nove. Na maior parte dos casos, restringia-se a companhia a um ou dois filhos; noutros, apenas à esposa, e em algumas situações, acontecia a partida conjunta de famílias numerosas, constituídas por esposa e filhos e mesmo por outros parentes. A título ilustrativo, refere-se os dois emigrantes que levaram na sua companhia as maiores proles: José de Azevedo Correia pretendia embarcar no porto de Leixões com destino a Niterói no Brasil, com a sua esposa, Maria do Carmo Gomes Correia, e os seus oito filhos: Alzira, António, Arminda, Carlos, Henrique, Horácio, Leonor e Maria Vitória⁵³; Jaime dos Santos Maia queria partir do porto de Lisboa para o Recife com a esposa, Albina Ferreira Ramos Maia, e os seus nove filhos: António Joaquim, José Constantino, Manuel Fernando, Luís Martinho, Maria da Conceição, Maria de Fátima, Maria Natália, Maria da Pureza e Maria Teresa Ferreira Maia⁵⁴.

Tratou-se, por conseguinte, de uma emigração predominantemente individual, mas participada em termos quase equitativos por homens e mulheres. É de salientar que, relativamente à segunda metade do século XIX e início do seguinte, a corrente migratória do concelho de Vila do Conde para o Brasil revelava já um aumento significativo da participação feminina⁵⁵. Deduz-se que as titulares femininas a viajarem sós ou na companhia dos filhos, pretendiam juntar-se ao marido que cruzou o oceano alguns anos antes e que encarava o regresso definitivo à terra natal como uma opção cada vez menos atrativa.

Gráfico n.º 3 – Evolução anual da emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

51 De 1949 a 1968, o presidente da Junta de Emigração foi António Manuel Batista que encarava a gestão da emigração com um problema de soberania e que tinha como uma das suas prioridades agradar aos notáveis locais (PEREIRA, 2009: 54).

52 PEREIRA, 2009: 51.

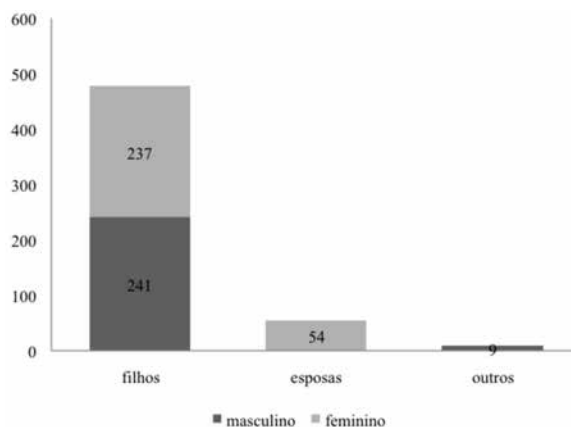
53 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livro 2813, 27 de maio de 1958.

54 AMVC – *Registo dos processos de emigração*, livro 2813, 30 de janeiro de 1960.

55 Entre 1865 e 1913 o número de mulheres titulares na emigração para o Brasil cifrou-se em 39 (PILOTO, 2011: 111).

O movimento anual com destino ao Brasil dos naturais do concelho de Vila do Conde, tanto dos titulares como dos acompanhantes, registou algumas flutuações, mas a tendência geral foi de decréscimo (Gráfico n.º 3). A evolução do número de titulares assim como de acompanhantes foi em grande parte similar, ambas as variáveis atingiram a maior grandeza no ano inicial, com 162 titulares e 86 acompanhantes, e apresentam grande aproximação nos anos de 1964 e 1965, com os mínimos em titulares e acompanhantes, respetivamente 21-18 e 14-13. Apesar da similitude tendencial das duas variáveis, registaram-se alguns desfasamentos: entre 1955-1957, enquanto o número de titulares oscilou, o dos acompanhantes manteve-se praticamente estável; no ano de 1958, diminuiu o quantitativo dos titulares mas o de acompanhantes registou um ligeiro acréscimo.

Gráfico n.º 4 – Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Todos os acompanhantes presentes no movimento emigratório tinham laços de parentesco com os titulares. O cômputo total de filhos foi de 478 (241 do sexo masculino e 237 do feminino), 54 mulheres acompanharam o respetivo cônjuge, e o grupo “outros” é constituído por nove familiares: irmão, irmã, sogra, três sobrinhas e três netas (Gráfico n.º 4). Em vinte registos as esposas constam como únicas acompanhantes e nos restantes 34 partilham essa qualidade com os filhos.

Comparando o quantitativo de acompanhantes no decurso do século XIX e primeira década do século XX⁵⁶ com o das décadas de 1950 e 1960, o aumento é significativo. A tendência foi, por um lado, o emigrante viajar cada vez mais acompanhado da mulher e filhos e, por outro, a cônjuge fazer a travessia do Atlântico com a sua prole para o reagrupamento familiar no país de acolhimento, em vez de ficar na aldeia natal à espera do regresso do marido.

Sobre o estado civil e idade, quer dos titulares quer dos acompanhantes, o *corpus* documental que alicerça o presente estudo nada adianta. Pelas características do fluxo já mencionadas, afigura-se lícito aventar

⁵⁶ Entre 1865 e 1913 a emigração do concelho de Vila do Conde perspectivada no feminino e no masculino e de cariz individual e coletivo cifrou-se em 3993 emigrantes; o número de acompanhantes presentes no fluxo cingiu-se a 130: 84 do género masculino e 46 do feminino (PILOTO, 2011: 111).

a hipótese de que o êxodo foi partilhado por casados e solteiros em termos quantitativos próximos, já que para uma parte expressiva o processo emigratório representava a reunificação familiar. O nível etário predominante dos titulares oscilava entre 20 e 40 anos. Já a maioria dos acompanhantes seria de menoridade, crianças que acompanhavam ambos ou, na maior parte das vezes, um dos progenitores.

Figura n.º 1 – Dispersão geográfica da naturalidade/residência dos vilacondenses



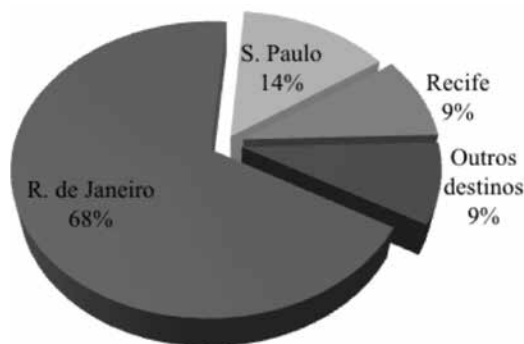
Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Recorda-se que o impetrante tinha de apresentar o pedido de licença para emigrar no concelho da sua naturalidade ou residência, pelo que todos os indivíduos envolvidos no fluxo eram vilacondenses, ou por nascimento ou por residência. Talvez devido a este imperativo da lei, esta variável foi negligenciada no registo durante metade do período em análise, daí a pouca expressividade dos números que se apresenta no mapa, correspondendo apenas a 200 registos na totalidade. Só a partir de 1961 passou a constar na documentação de forma contínua e sistemática a alusão à freguesia e ao lugar do pretense emigrante. Ponderado este óbice, faz-se o reconhecimento possível da naturalidade e/ou morada dos pretensos emigrantes. Consta-se que se dispersavam geograficamente por 28 das trinta freguesias que compõem o concelho, embora distribuídos de forma muito diversa, como pode ser observado no mapa com as cifras por freguesia. Apenas duas pequenas

povoações vizinhas na parte norte do concelho, Parada e Ferreiró, ficaram excluídas no registo migratório para o Brasil⁵⁷.

A sede do concelho, a multissecular freguesia de S. João Batista, como é perfeitamente compreensível, alcançou o valor mais elevado, 37 casos. O enfoque vai de seguida para cinco freguesias contíguas, situadas junto à orla marítima, a sul do Ave: Vila Chã com 23 casos, Árvore e Vilar com 15, Mindelo com 14 e Labruge com 11. As restantes localidades registaram um movimento inferior à dezena, confinando-se as freguesias de Malta e de Retorta a um único caso, que se menciona a título ilustrativo. A 28 de dezembro de 1961, Fernando Ramos da Silva, morador no lugar do Casal da freguesia de Retorta, apresentou processo para emigrar com destino a Salvador na Baía, mas o seu pedido foi indeferido; em 23 de junho de 1962, Maria Irene Moreira da Costa, natural do lugar do Souto, da freguesia de Malta, impetrou licença para embarcar em Lisboa, com destino ao município de Divinópolis, no estado de Minas Gerais⁵⁸.

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos emigrantes vilacondenses por destino no Brasil (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

Em todos os registos do processo de emigração consta a variável relativa ao local de destino. Variadas localidades disseminadas por todo o território brasileiro, desde Belém do Pará, a norte, a Pelotas, no sul, e desde Manaus, no interior, a Florianópolis, no litoral, mereceram a preferência dos pretendentes emigrantes, embora os grandes estados já tradicionalmente com muito peso na emigração portuguesa tivessem exercido maior sedução sobre os naturais do concelho. Em primeiro lugar situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 622 registos, o que corresponde a 68% da cota global; na segunda posição surge S. Paulo, com 129 assentos, o que equivale a 14% da totalidade; a cidade do Recife, com 83 averbamentos rastreados, coloca-se no terceiro patamar, representando 9% do êxodo; e com a mesma percentagem está um conjunto de quinze localidades, indo o destaque para a Baía com 27 registos, oscilando os valores das restantes entre a unidade e a dezena.

Na década de 50 e 60 do século XX, o Rio de Janeiro continuou, à semelhança do que se passou no século anterior⁵⁹, a ser o destino por excelência dos vilacondenses. As razões para a forte atração pelo Brasil e pelo

57 É de crer, no entanto, que à semelhança do que ocorreu entre 1865 e 1913, as trinta freguesias do concelho participaram no fluxo para o Brasil, mas a omissão no registo desta variável em parte do período explica o facto de nas duas freguesias não figurar qualquer emigrante.

58 AMVC – *Registo dos Processos de Emigração*, livro 2813.

59 Entre 1865 e 1913, o Rio de Janeiro foi indicado como ponto de desembarque por 1059 vilacondenses, o que correspondia a 27,3% da cota global, só superado pelo destino impreciso “Brasil” que absorveu 45,5% do fluxo (PILOTO, 2011: 137).

estado carioca, em particular, são múltiplas e resultaram da conjugação de vários fatores. Em toda a década de 1950, o PIB no Brasil foi quase três vezes maior do que nos restantes países da América Latina e, de 1957 a 1961 cresceu a uma taxa anual de 7%. Foram anos de estabilidade política e de otimismo na economia, com investimentos públicos nas vias de comunicação, transportes, energia, indústria e no setor financeiro, tendo como contraponto uma inflação galopante⁶⁰. O Rio de Janeiro beneficiou também de progressos assinaláveis e, embora deixasse de ser a sede do governo e capital do país em 1960⁶¹, continuava a ser a urbe onde os portugueses eram mais numerosos⁶² podendo por isso contar com a ajuda de familiares, amigos e conhecidos, para além do precioso apoio de numerosas associações, muitas das quais de auxílio mútuo que proporcionavam aos emigrantes assistência médica, odontológica, jurídica, pensões, etc.⁶³. O estado de S. Paulo posicionou-se no segundo lugar das preferências dos emigrantes do concelho e tal facto estará relacionado com as maiores oportunidades de emprego. Nesta época as grandes multinacionais do ramo automóvel instalaram-se no ABC paulista, dando origem à concentração de operários em proporções inéditas no país⁶⁴. Quanto à atração pelo Recife, desde o século XIX, que se estabeleceu no estado de Pernambuco uma colónia vilacondense muito ativa que alcançou avultado sucesso no mundo dos negócios e funcionou como estrutura de apoio à vinda de outros patrícios. Os vilacondenses a residir no Recife têm mantido no transcurso do tempo uma relação muito estreita com a terra natal, auxiliando as mais variadas iniciativas.

No ano de 1955, o mesário da Santa Casa de Vila do Conde, Carlos da Costa Maia, de visita aos seus familiares no Recife, aproveitou para promover uma subscrição a favor das obras do hospital de Vila do Conde, conseguindo angariar 102 mil cruzeiros. A encabeçar a lista com o donativo de 10000 cruzeiros estava Januário José de Almeida⁶⁵, natural da freguesia de Árvore, que emigrou no ano de 1892, com apenas 13 anos de idade, para o Recife, onde se alcançou aos lugares cimeiros nos meios comerciais e sociais. Na terra natal, entre outros atos de filantropia, mandou edificar uma igreja de invocação a Nossa Senhora de Fátima, inaugurada no ano de 1959, que foi considerada a mais avultada realização das últimas décadas levada a cabo por iniciativa de um *brasileiro*⁶⁶. No país de acolhimento dispensou particular apoio ao Gabinete Português de Leitura e ao Real Hospital Português no Recife, instituição que permanece como uma das maiores obras que a diáspora portuguesa fundou e mantém em todo o mundo⁶⁷. O espírito solidário dos emigrantes do concelho de Vila do Conde a essa instituição tem-se mantido ao longo dos mais de 150 anos de existência, no momento presente o Provedor do Real Hospital é o nosso conterrâneo Alberto Ferreira da Costa.

O setor das comunicações e transportes registou mudanças profundas a partir da segunda metade do século XIX, contribuindo para diminuir a distância-tempo e a distância-custo. Aos incómodos e lentos veleiros sucederam os grandes navios transatlânticos e, posteriormente, o avião que permite chegar rapidamente a qualquer ponto do globo.

Aquando do preenchimento do Boletim de Informação, 629 postulantes à emigração indicaram pretender realizar a viagem para o Brasil a partir da cidade de Lisboa, 244 por Leixões, e em 45 registos não consta essa variável.

60 FAUSTO, 2008: 427.

61 A 21 de abril de 1960, o presidente da República do Brasil, Juscelino Kubitschek, inaugurou solenemente Brasília como a nova capital do país (FAUSTO, 2008: 430).

62 O censo brasileiro de 1950 ao registar 196000 portugueses na cidade do Rio de Janeiro, catapultou-a para o lugar de terceira maior cidade portuguesa no mundo (LESSA, 2002: 17).

63 FONSECA, 2007: 417-436.

64 FAUSTO, 2008: 428.

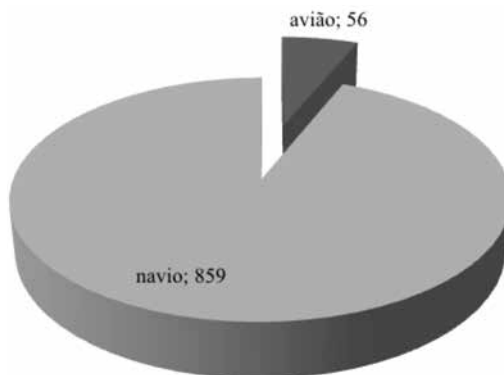
65 *Renovação*. Vila do Conde, 30 jul. 1955.

66 PILOTO, 2011: 304.

67 Foi presidente do Gabinete Português de Leitura e exerceu por várias vezes os cargos de provedor e de tesoureiro do Real Hospital. Pelos relevantes serviços prestados, foi agraciado pelo governo de Portugal com a comenda da Ordem de Cristo (*Comércio do Porto*, 11 abr. 1949).

A pretensão maioritária de embarque na capital, estaria possivelmente relacionada com o facto de aí terem acesso a carreiras de navios mais frequentes, mais cómodos e baratos. Os melhoramentos tecnológicos incorporados nos navios, tornando-os cada vez maiores e mais potentes, permitiam transportar rapidamente grande número de passageiros; a viagem Lisboa–Rio de Janeiro passou a ser feita em cerca de dez dias. A posição secundária do porto de Leixões no panorama nacional, como ponto de partida para o Brasil, evidenciava-se por ser a opção apontada por apenas 244 emigrantes.

Gráfico n.º 6 – Meios de transporte (1954-1967)



Fonte: AMVC – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814.

A via marítima teve a preferência da maioria dos emigrantes, com efeito, 859 indivíduos pretendiam utilizar o navio, e apenas 56 emigrantes optaram pela via aérea. O progresso nos transportes começou por beneficiar os passageiros de 1.ª e 2.ª classe, alargando-se depois aos de 3.ª categoria. Para usufruírem de melhores condições durante a travessia do Atlântico dois vilacondenses optaram por viajar na 1.ª classe do navio: Maria Natália Machado de Sousa e Pacheco Neves, com destino a Salvador da Baía, e Joaquim de Amorim Brito, para o Rio de Janeiro⁶⁸. Por sua vez, indicaram ter intenção de viajar em 2.ª classe os seguintes emigrantes: Guiomar Gomes dos Santos, para o Rio de Janeiro⁶⁹; Eunice de Sá Pestana; José Maria Gomes de Oliveira; António Lopes Fernandes; Maria de Lurdes Gonçalves de Oliveira; e Carlos Maia Ramos, os cinco com destino ao Recife⁷⁰. As restantes pessoas que fizeram o percurso por mar viajaram em 3.ª classe devido a contingências económico-financeiras, certamente.

A partir do ano de 1958 a via marítima passou a ter a concorrência da aérea nas preferências dos vilacondenses. Os emigrantes que escolheram viajar de avião partiram todos do aeroporto da Portela, em Lisboa, e eram, sobretudo, homens a viajarem sós. A maioria tinha como destino o Rio de Janeiro, seguindo-se por ordem decrescente o Recife, Baía, Maranhão e S. Paulo. A via aérea, apesar de mais rápida e cómoda, tinha a desvantagem de ser mais cara e por isso só acessível aos mais abastados. Entre outros emigrantes, teriam

68 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 29 de março e 10 de agosto de 1956, respetivamente.

69 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 9 de janeiro de 1954.

70 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 8 de fevereiro de 1954, 18 de abril de 1955, 29 de dezembro de 1956 e 11 de março de 1957, respetivamente.

preferido a via aérea os homens de negócio naturais do concelho, mas já há muito radicados no Brasil, e os filhos dos grandes lavradores locais, como foi o caso de António Porto Maia, oriundo de uma das maiores casas de lavoura do concelho, natural da freguesia de Tougues, que partiu do aeroporto de Lisboa para o Recife, levando na sua companhia o seu filho, Marcelino Castro Porto Maia⁷¹.

Em média, entre o registo do processo e a data indicada para a partida decorriam cerca de dois meses e, logo que o emigrante recebia a licença de emigração, tinha de caucionar com a maior brevidade possível a passagem na companhia ou agência de navegação selecionada, por meio de cheque, vale do correio ou outro meio compatível de pagamento⁷².

Conclusão

Nas décadas de 50 e 60 de Novecentos, o movimento emigratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à semelhança do que ocorreu a nível nacional, foi esmorecendo paulatinamente, sendo em grande parte substituído pelo destino intraeuropeu. A evolução quantitativa do fenómeno migratório local e as características de que se revestiu, coadunam-se com os resultados apurados a nível nacional, o que sugere que o fenómeno migratório concelhio se inseria num contexto mais vasto, no distrital e no nacional.

O relacionamento luso-brasileiro no período em referência, pautou-se por uma harmonização política e diplomática que se consubstanciou no Acordo de Amizade assinado em 1953, que instituiu um tratamento de deferência para com os cidadãos dos dois países irmãos e garantia o apoio do Brasil à política colonialista do Estado Novo. Algumas divergências se fizeram sentir, no entanto, relacionadas com a Política Externa Independente do Brasil (1961-1964), com o Acordo Internacional de Café, e com pedido de asilo político de Humberto Delgado na embaixada do Brasil em Lisboa, mas nunca houve rutura, o Estado Novo sempre pode contar com o apoio do país irmão.

A política emigratória do Estado Novo era legalmente restritiva mas em tensão e articulação permanente. Na verdade, o Governo não estava interessado em estancar a emigração porque tinha consciência de que ela funcionava como válvula de escape às debilidades económicas e aos conflitos sociais do país, contribuindo por conseguinte para a permanência do sistema.

A Junta de Emigração estabelecida em 1947 endossou às câmaras municipais a organização do processo burocrático do emigrante, dando origem aos registos de processos de emigração. Tendo como fonte principal os processos de emigração lavrados na municipalidade de Vila do Conde entre 1954 e 1967, procedeu-se, inicialmente, à inventariação dos emigrantes titulares para os vários países dispersos pelo mundo e, de seguida, procurou-se aceder à configuração multifacetada do fluxo migratório legal para o Brasil. A tendência geral do movimento para terras brasileiras foi de decréscimo contínuo, mas ao contrário, assistiu-se a um forte incremento para outros destinos, principalmente para França. No conjunto do período em análise, a França absorveu 52,2% dos emigrantes titulares vilacondenses, seguindo-se o Brasil com 30,1%. A emigração vilacondense legal para o Brasil atingiu os 3093 indivíduos, incluindo-se neste número os titulares e acompanhantes, o que equivale a quase 3,5% da corrente emigratória oficial do distrito do Porto, entre 1950 e 1969.

Tratou-se de um movimento quase equitativo entre homens e mulheres, que se propunham, na sua maioria, concretizar o projeto emigratório individualmente. Apenas 256 titulares declararam levar na sua companhia membros da sua família, especialmente os seus próprios filhos. Quando as mulheres viajavam individualmente como titulares, ou na companhia da sua prole, a reunificação familiar parece ter sido o principal objetivo. Os

71 AMVC – *Registo de processos de emigração*, livro 2813, 7 de maio de 1965.

72 Circular n.º 32/51 S.E., de 6 de setembro de 1951.

titulares que apresentaram processo de emigração disseminavam-se por quase todo o perímetro geográfico concelhio e só a negligência no registo sistemático desta variável impossibilita uma visão mais expressiva da naturalidade ou residência dos postulantes à emigração. Os emigrantes para o Brasil foram atraídos, fundamentalmente, pelas cidades do Rio de Janeiro, S. Paulo e Recife, onde podiam contar com o apoio de particulares e de instituições de solidariedade. A maior parte fez a travessia do Atlântico de navio a partir da capital do país. Alguns mais endinheirados viajaram na 1.^a e 2.^a classe dos paquetes, e mais de meia centena efetuou a viagem para o Brasil de avião.

Fontes

Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) – *Registo de processos de emigração*, livros 2813 e 2814 (1954-1968).

Arquivo dos Condes de Azevedo (ACV) – *Documentos avulsos*.

Boletim Anual (BJNE). Lisboa: Junta Nacional de Emigração (vários anos).

Censo no 1.º de Janeiro de 1960. Lisboa: Imprensa Nacional.

Censo no 1.º de Janeiro de 1970. Lisboa: Imprensa Nacional.

Comércio do Porto. Porto, 11 de abril de 1949.

Renovação. Vila do Conde, 30 de julho de 1949.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos C., 1973 – “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projeto de investigação interdisciplinar”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 40, p. 778-789.

ANTUNES, M. L. Marinho, 1970 – “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”. *Análise Social*. Lisboa, números 30-31, p. 299-385.

BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro” in ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão (org.) – *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*. Bauru: EDUSC, p. 15-28.

BARBOSA, António J., 2002 – “O Parlamento e a política externa. As relações Brasil-Portugal”. *Lusíada*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, n.º 3, p. 61-65.

BARRETO, António; ALMEIDA, Carlos, 1974 – *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Pelo Editora.

CASTRO, Celeste, 2011 – “Estado português repressivo ou paternalista? Uma visão da emigração portuguesa através das Circulares do Governo (1948-1974)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MENEZES, Lená Medeiros de *et al* (coord.) – *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE, p. 169-184.

FAUSTO, Boris, 2008 – *História do Brasil*, 13.ª ed. São Paulo: EDUSP.

FONSECA, Vítor Manuel Marques da, 2007 – “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX” in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 417-436.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2003 – *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do Trado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: ICS.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2010 – “As relações luso-brasileiras nos anos de 1950” in SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.) – *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE. p. 99-120.

KLEIN, Herbert, 1993 – “Imigrantes pobres no Brasil”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXVIII, n.º 121, p. 11-14.

LEITE, J. Costa, 1996 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, números 136-137.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer, 2001 – *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.

MOREIRA, Adriano, 2002 – “A relação privilegiada Portugal-Brasil”. *Lusíada*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, n.º 3, p. 19-29.

NAZARETH, J. Manuel, 1985 – “A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação”. *Análise Social*. Lisboa, vol. XXI, números 87, 88 e 89, p. 963-980.

PATRIARCA, Fátima, 2004 – “Estado Social: a caixa de Pandora” in ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *A Transição falhada*. Lisboa: Editorial de Notícias.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2007 – “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano” in MARTINS, Isménia de Lima; SOUSA, Fernando de (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 41-50.

PEREIRA, Vítor, 2009 – “Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)”. *Ler História*. Lisboa, n.º 56, p. 45-68.

PILOTO, Adelina, 2011 – *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*. Porto (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

RIBEIRO, Francisco Cassola, 1986 – *Emigração portuguesa. Aspetos relevantes relativos às políticas adotadas no domínio da emigração portuguesa desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1992 – *O fenómeno da emigração em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2001 – *As políticas portuguesas para a emigração*. Lisboa: Janus.

ROSAS, Fernando, 1994a – “Portugal depois da Guerra: Estado Velho, Mundo Novo (1950-74)” in MATTOSO, José (dir.) – *História*

de Portugal: O Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 7, p. 419-495.

ROSAS, Fernando, 1994b – “A Lenta Agonia do Salazarismo” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, vol.7, p. 497 e 503-542.

SERRÃO, Joel, 1985 – “Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo”. *Análise Social*. Lisboa, números 87-89, p. 995-1004.

SOUSA, Alfredo, 1995 – “Os anos 60 da nossa economia”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 133, p. 613-630.